

O fluxo de pagamentos dos saldos de financiamento ocorrerá conforme quadro abaixo:

Ano de vencimento	Valor
2020	7.431
2021	7.386
2022	7.386
2023	7.386
2024	7.386
2025 – 2026	8.093
	<u>45.068</u>

#### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados, consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Base de cálculo presumido	31.898	27.713	31.898	27.713
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.552	2.217	3.828	3.326
Outras receitas	494	525	494	525
Base de cálculo	3.046	2.742	4.322	3.851
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(761)	(686)	(389)	(347)
Dedução adicional IRPJ	35	27	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(726)	(659)	(389)	(347)

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social

O capital está representado por 3.761.700 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$10,00 (dez reais) cada uma, assim distribuídas:

	Quantidade de ações
Adami S.A. – Madeiras	1.880.850
Statkraft Energias Renováveis S.A.	1.880.850
	<u>3.761.700</u>

##### b) Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o ágio na emissão de novas ações.

##### c) Reservas de lucros

###### (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

###### (ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas, sob autorização prévia do BNDES.

##### d) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Os dividendos adicionais propostos só podem ser com prévia e expressa anuência do BNDES. Em 2019 foram distribuídos R\$8.099 a título de dividendos adicionais conforme aprovação do BNDES e acionistas da Companhia.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido do exercício	12.580	11.365
Constituição da reserva legal	(629)	(568)
Base de cálculo	11.951	10.797
Dividendo mínimo estatutário - 25%	25	25
Dividendo mínimo estatutário	2.988	2.698
Total de distribuição de dividendos do exercício	2.988	2.698
Dividendos propostos por ação - em R\$	0,794	0,717

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

	31.12.2019	31.12.2018
Em 1º de janeiro de 2018	7.969	7.969
Pagamentos realizados	(7.969)	(7.969)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.698	2.698
Em 31 de dezembro de 2018	2.698	2.698
Dividendos mínimos obrigatórios	2.988	2.988
Dividendos adicionais propostos	8.099	8.099
Pagamentos realizados	(10.797)	(10.797)
Em 31 de dezembro de 2019	2.988	2.988

#### 16. PARTES RELACIONADAS

	31.12.2019	31.12.2018
Passivo circulante		
Fornecedores:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (*)	130	2.929
Statkraft AS	-	259
Total	130	3.188
Resultado		
Custo do fornecimento de energia elétrica:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	957	1.167
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	287	673
Total	1.244	1.840

(\*) Saldo composto por custos administrativos compartilhados.

##### a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

##### 17. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Receita bruta da venda de energia elétrica	41.822	27.713
Programa de Integração Social - PIS sobre receita bruta	(194)	(180)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre receita bruta	(897)	(831)
	<u>40.731</u>	<u>26.702</u>

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Florianópolis, 14 de fevereiro 2020.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Avenida Carlos Gomes, 222, 2º andar - Boa Vista - Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Ref.: Carta de responsabilidade da Administração referente as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Prezados Senhores:

Com referência a auditoria das Demonstrações Financeiras da Passos Maia Energética S.A. ("Companhia"), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes expressar uma opinião se as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Para fins de identificação, as Demonstrações Financeiras auditadas por Vossas Senhorias, e aprovadas pela administração, apresentam os seguintes valores principais expressos em R\$ mil:

31/12/2019  
Total do ativo 108.129  
Total do passivo 53.733  
Patrimônio líquido 54.396  
Resultado do exercício 12.580  
Com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da Companhia, confirmamos as seguintes informações transmitidas a Vossa Senhorias durante a auditoria das Demonstrações Financeiras da Passos Maia Energética S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Na qualidade de administradores da Passos Maia Energética S.A., estamos cientes de nossa responsabilidade:

1. Sobre a conjunto das informações contábeis por nós apresentadas para a auditoria de Vossas Senhorias. Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, necessárias, segundo as práticas contábeis internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting* - IFRS, aplicados de

maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente;

2. Pela elaboração, implementação e manutenção de programas e controles internos para prevenir e detectar fraudes e erros.

3. Pela elaboração, implementação e manutenção de controles internos que permitam identificar os saldos e as transações com partes relacionadas;

4. Pela elaboração, implementação e manutenção de controles internos que permitam identificar os compromissos de compra e venda, os acordos para a recompra de ativos anteriormente vendidos ou a revenda de ativos anteriormente comprados.

5. Além disso, colocamos a disposição de Vossas Senhorias todos os livros contábeis, financeiros, e registros auxiliares, bem como os de atas de reuniões de acionistas, do conselho de administração e da diretoria celebradas até esta data encontram-se incluídas nos respectivos registros e foram colocados à sua disposição e não existem outros documentos comprobatórios além daqueles disponibilizados. Essas atas refletem a totalidade das decisões aprovadas e encontram-se relacionadas a seguir:

Data Tipo  
19/03/2019 Assembleia Geral Extraordinária; Reunião do Conselho de Administração;  
11/12/2019 Assembleia Geral Extraordinária

6. As Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019:

I. Indicam ou registram:  
a. Bases de avaliação dos ativos e ajustes dessas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir valores de realização ou outros valores de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Bases de avaliação dos passivos e de reconhecimento de receitas e despesas; prazos, amortizações e encargos; e  
d. Todos os compromissos firmados e informações pertinentes.

II. Pressupõem que:  
a. Todos os ativos são de propriedade da Companhia, e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames;

b. Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos, estando esses saldos disponíveis;  
c. As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos;

d. Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas Demonstrações Financeiras;

#### 18. CUSTOS E DESPESAS

##### a) Custos

	31.12.2019	31.12.2018
Compra de energia	(13.923)	(12)
Depreciação e amortização	(5.357)	(6.514)
Serviços de terceiros	(99)	(104)
Serviços tomados de partes relacionadas	(957)	(1.167)
Encargos setoriais	(600)	(454)
Seguros fiança e comissões	(243)	(231)
Custo com pessoal	(271)	(283)
Outros	(1)	(1)
	<u>(21.451)</u>	<u>(8.766)</u>

##### b) Despesas

	31.12.2019	31.12.2018
Serviços de terceiros	(1.582)	(756)
Serviços tomados de partes relacionadas	287	(673)
Encargos setoriais	-	(135)
Viagens e estadias	(27)	(62)
Propaganda e publicidade	(40)	(6)
Impostos e taxas	(16)	(83)
Aluguel	(4)	(75)
Despesas com pessoal	(65)	(46)
Outros	(33)	(121)
	<u>(1.882)</u>	<u>(1.957)</u>

#### 19. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	494	525
Outras receitas financeiras	-	4
Total	494	529
Despesas financeiras:		
Encargos incorridos sobre financiamentos	(3.871)	(4.688)
Outras despesas financeiras	(172)	(58)
Total	(4.043)	(4.746)
Total	<u>(3.549)</u>	<u>(4.217)</u>

#### 20. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

A movimentação do saldo de contingências passivas consideradas prováveis pela Administração da Companhia ocorrida no exercício de 2019 ocorreu em razão do provisionamento de contingências Cíveis, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Processos fiscais	53	53
Processos cíveis	2.212	2.090
	<u>2.265</u>	<u>2.143</u>

##### Contingências possíveis

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa. No encerramento do exercício de 2019 a companhia não apresentava nenhuma contingência com risco possível de perda.

##### Processos investigativos

a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e, no atual estágio, não é possível prever o resultado final.  
b) A sua controladora em conjunto SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistentes da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

##### 21. OUTROS RISCOS

###### a) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes no contrato de financiamento firmado com o BNDES (nota explicativa nº 13), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A Administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que o contrato de financiamento não tenha seu vencimento antecipado.

###### b) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando o recebimento pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou "Generation Scaling Factor – GSF" o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia. Além do mais, é possível a saída e regresso do MRE (dentro dos prazos), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão.

###### c) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

##### 22. SEGUROS

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e Responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 31 de março de 2019 a 31 de março de 2020.

##### 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de janeiro de 2020, a Companhia aumentou seu capital no montante de R\$ 40.000, tendo sido integralizados na mesma data o montante de R\$20.000 por parte da acionista Statkraft Energias Renováveis S.A. e o mesmo montante da acionista Adami S.A. – Madeiras.

Na mesma data, a Companhia realizou o pagamento antecipado de seu financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 44.837 referente ao principal, juros e custo adicional de quitação. O pagamento foi realizado parte pelo aporte de capital recebido de seus acionistas e parte através de recursos próprios.

e. O sistema contábil e de controle interno adotado pela Companhia é de responsabilidade da administração e adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como adequado para prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros; e  
f. Todas as garantias dadas (quando aplicável) estão, adequadamente, divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

7. Confirmamos a seguir o nome de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a Companhia e suas controladas diretas, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência.

- Borges & Almeida Advocacia;
- Advocacia Portugal Gouveia; e
- Menezes Nieburh Advogados Associados.

Além disso, não temos conhecimento:

8. De que membros da administração não tenham cumprido todas as leis, as normas e os regulamentos a que a Companhia esta sujeita. Também não temos conhecimentos de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da Passos Maia Energética S.A.

9. De outras partes relacionadas e outras divulgações requeridas para transações com partes relacionadas, além daquelas para as quais se apresentam informações nas Demonstrações Financeiras.

10. Não foram identificadas distorções não-reconhecidas nas Demonstrações Financeiras, tanto individualmente quanto no agregado, para as Demonstrações Financeiras em seu conjunto. Além disso, não temos conhecimento de quaisquer outras distorções que não tenham sido ajustadas nas Demonstrações Financeiras.

11. De que a administração, diretores ou funcionários com cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a Companhia, manteve transações, ou de qualquer outra forma de conflitos de interesse.

12. De quaisquer fatos ocorridos desde 31 de dezembro de 2019 que possam afetar as Demonstrações Financeiras naquela data ou que o afetem até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da Companhia.

13. De eventos e circunstâncias ocorridos ou esperados que possam nos levar a crer que o ativo imobilizado possa estar registrado por valores superiores ao seu respectivo valor de recuperação.